



# Anais da Assembléia

Nº 29

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 1980

ANO VI

## 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.<sup>a</sup> LEGISLATURA

### ATA DA 27.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 1980

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Tadeu Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

- O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
- O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.
- O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em discussão a ata que acaba de ser lida.
- O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requero a Vossa Excelência a correção da ata no seu início, quando ela consigna a presença de 58 Srs. Deputados, o que, entretanto, não ocorria na sessão de ontem. Na chamada nominal da Ordem do Dia foi constatada a presença de 49 Srs. Deputados.
- O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Essa Presidência suspende a sessão por alguns minutos a fim de, junto com o Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário, verificar a questão de ordem levantada pelo Sr. Deputado Renato Bernardi.
- (É suspensa a sessão).
- O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está reaberta a sessão.
- O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, havia requerido de Vossa Excelência a retificação na ata. Entretanto, para o andamento normal dos trabalhos, peço a Vossa Excelência que considere sem efeito.
- O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Ofícios:

Sob o n.º 47/80, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei número:

138/79:

Do Senhor Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEES, que visa instituir na Secretaria da Cultura e do Esporte, o

Concurso de Fanfarras e Bandas. Dispõe, ainda, que, para a organização e direção de tal concurso, a Secretaria da Cultura e do Esporte credenciará a União Cívica Feminina Paranaense. — Ciente. Arquive-se.

Sob o n.º 45/80, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei número: 46/78:

Do Senhor Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que auotiza o Poder Executivo declarar de utilidade pública o serviço de amparo e recuperação do indigente e Assistência Social — SARIAS, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7.299. — Anote-se. Arquive-se.

#### Indicação:

#### INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

Na condição de Líder do Bloco Parlamentar do PARTIDO POPULAR, nesta Casa Legislativa, venho INDICAR o Sr. Deputado EDILSON ALENCAR para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito referente ao DETRAN, tendo como seu suplente o Sr. Deputado PAULO CAMARGO.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1980

(a) DÁCIO LEONEL

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja consignado, na ata da sessão de hoje, voto de congratulações à Revista PANORAMA, desta Capital, que obedece à direção dos jornalistas José Cury e Samuel Guimarães da Costa, pela magnífica edição que está apresentando, com um caprichado encarte sobre o III Seminário Paranaense de Desenvolvimento e Alimentos, promovido pela mesma, nesta Casa, tendo como Coordenador o brilhante economista paranaense Gilberto Batalha.

A edição da Revista PANORAMA honra, por sua técnica, a imprensa do nosso Estado, e exalta o Poder Legislativo Estadual, por haver dado notável contribuição à realização do importante evento, com a participação de luminares da ciência no País.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1980

(a) EDILSON ALENCAR.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da TELEPAR, enfatizando a necessidade da instalação de um posto de serviço telefônico no Distrito de São José do Ivaí, Município de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1980

(a) NILSO SGUAREZI.

#### JUSTIFICATIVA:

Elevado à categoria de Distrito Administrativo e Judiciário pela Lei n.º 5.706, de 17 de novembro de 1967 - SÃO JOSÉ DO IVAÍ — mercê de suas férteis terras e de sua privilegiada situação geográfica - às margens do Rio Ivaí - atingiu

sólido desenvolvimento verificado nos setores de agropecuária e da cafeicultura. Paralelamente, assentou-se ativo comércio para atendimento à população rural e urbana que hoje ultrapassa a casa dos oito mil habitantes. Aliás, a recente instalação de uma agência do Banco Brasileiro de Descontos S/A patenteia o crescimento de São José do Ivai.

Por estas razões, a população daquele distrito, entende como de suma importância para a consolidação da comunidade, o atendimento à reivindicação em tela.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Reinhold Stephanes, digníssimo Secretário da Agricultura, no sentido de que autorize a implantação em Toledo de um Núcleo daquela Secretaria, visando dar especial atenção à área geoeconômica encampada pelos órgãos regionais do Banco do Estado do Paraná e da ACARPA-EMATER/PR.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1980.

(a) EGON PUDELL.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente solicitado prende-se ao fato de que um Núcleo da Secretaria da Agricultura em Toledo só irá proporcionar um melhor atendimento como também o desenvolvimento do setor geoeconômico daquela área.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja determinado o envio de ofícios aos Srs. Secretário da Segurança Pública e Prefeito Municipal de Curitiba, pedindo providências no sentido de recolher para entidades assistenciais os menores que perambulam nas proximidades do Mercado Municipal.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1980.

(a) MÁRIO CELSO.

#### JUSTIFICATIVA:

Fomos procurados por uma comissão especial, integrada por diversos comerciantes que atuam junto ao Mercado Municipal, recebendo deles um apelo no sentido de providenciar a retirada da circulação de diversos menores de idades que perambulam nas proximidades daquele centro comercial, provocando toda a sorte de ações. Os comerciantes estão preocupados com o desaparecimento de clientes, gerado pela presença destas dezenas de menores que fazem circulação diária naquele local.

São vários os problemas causados pelos garotos:

- 1) Perturbam os clientes do Mercado, na tentativa de carregar seus pacotes. Praticando esta ação antes mesmo do cliente efetuar suas compras, prejudicando inclusive na escolha das mercadorias. Ficam andando, em grupos, junto com as pessoas, pressionando-as.
- 2) Ficam a disputar a guarda dos automóveis, nas proximidades do Mercado. Muitas vezes obrigando os motoristas a permitir que os automóveis sejam lavados por eles. Ai daquele que recusar.
- 3) Brigam diariamente por causa de "pontos", que eles mesmos determinam.
- 4) Muitos exercem a atividade de "esmoleiros", pedindo alguns trocados para os clientes. Muitas vezes perturbando os proprietários das bancas (box), pedindo coisas.

- 5) É freqüente também dentro do Mercado a ação de punquistas. Muitos garotos são orientados por maiores de idade para a prática desta ação.

A retirada destes garotos daquele local pela Delegacia de Menores, para encaminhamento ao CEDIT (IAM) servirá de base para uma triagem que resultará na retirada de vários menores da atividade marginal, disciplinando suas vidas e preparando-os para um futuro melhor.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas prerrogativas constitucionais e regimentais, solicita que a Secretaria dos Transportes e que o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem informem:

1. As razões da inteira paralisação das obras de asfaltamento, em trecho de, aproximadamente, dez quilômetros, da estrada Umuarama-Maria Helena;
2. Se mencionados órgãos de administração pública estadual direta pretendem retomar as obras, irresponsavelmente paralisadas;
3. Qual a previsão do tempo a ser utilizado na execução das obras e de quando a referida estrada poderá ser entregue ao tráfego público, para começar a servir de via de escoamento à abundante produção agrícola e pecuária local.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1980

(a) ROMERO FILHO.

#### JUSTIFICATIVA:

Temos exemplo vivo e contundente com o que ocorre na zona de Umuarama, onde o soja, o café, o trigo e a hortelã predominam afóra e apreciável produção de feijão e de milho. Largos trechos não contam, até hoje, com o benefício de uma estrada razoável, e, como resultado, a produção apodrece no campo, por falta de silos e armazéns, com grave prejuízo para a economia nacional.

A estrada entre Umuarama e Maria Helena virou obra de Santa Engrácia, pois, iniciadas com fins eleitorais, não há meio de ser concluída. O atual Governo se desinteressou completamente pelo problema. Estamos observando, aliás, que o Sr. Ney Braga, mais apático do que nunca, não assumiu, até agora, a chefia do Poder Executivo, omisso, como se tem mantido, e desinteressado em atender às justas reivindicações populares. Um trecho de dez quilômetros, na estrada Umuarama-Maria Helena, está paralisado totalmente nas obras de asfaltamento, e esse fato está acarretando sérios danos aos produtores locais.

Ao mesmo tempo que dirigimos caloroso apelo ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, no sentido de que sejam reiniciadas e terminadas as obras da referida estrada, requeremos seja enviado àquele órgão, através da Secretaria dos Transportes, o pedido de informações.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Maurício Schulmann, digníssimo Presidente da ELETROBRÁS, solicitando seja formulado o Programa para atender a eletrificação rural no Paraná, para o ano de 1980.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1980

(a) EGON PUDELL.

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se esta solicitação a relevante importância da

eletrificação rural no Paraná, matéria esta que é do conhecimento profundo do Excelentíssimo Senhor Presidente da ELETROBRÁS.

Outrossim, julgamos desnecessário particularizar o assunto e apenas destacamos o fator progressista que o mesmo representa.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais deste Poder do pronunciamento do General Antônio Carlos de Andrada Serpa, ex-Chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército, conforme matéria anexa.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1980.

(a) WALDYR PUGLIESI.

#### JUSTIFICATIVA:

A quebra do monopólio estatal das fontes energéticas brasileiras teve seu início quando Ernesto Geisel permitiu a entrada das multinacionais no monopólio do petróleo através dos Contratos de Risco. A Constituição foi rasgada e a Nação uníssonas levantou suas vozes combatendo a violência anti-popular que estava sendo cometida contra as riquezas nacionais, mas o legislador solitário do Riacho Fundo não atendeu os anseios maiores do povo brasileiro.

Do regime não poderíamos esperar procedimento diferente. Hoje, novamente presenciamos o entreguismo: desta vez no programa da Biomassa. E, quando se verifica a demissão de um general de Exército unicamente por exigir o respeito à soberania nacional, criticando o capitalismo selvagem aqui implantado, sob a égide, multinacional, é preciso que esta Casa se posicione favoravelmente às teses defendidas pelo ex-Chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Digníssimo Governador do Estado, NIVALDO ALMEIDA NETO, digníssimo Secretário dos Transportes e EULER MERLIN, digníssimo Diretor Geral do D.E.R., solicitando a estadualização do trecho de estrada que liga a BR-277, no Município de Guaraniaçu até o Rio Piquiri, passando pelo distrito de Diamante, fazendo divisa com o Município de Palmital até a sua sede.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1980

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

#### JUSTIFICATIVA:

O trecho de rodovia a que se refere o presente requerimento encontra-se em precário estado, não oferecendo condições de tráfego.

A situação se agrava com as chuvas, tornando impraticável o transporte da grande produção agrícola daquela região, bem como originários da pecuária.

O tráfego de caminhões e carretas ou mesmo de ceifas, para fazer as colheitas torna-se difícil, causando grande prejuízo à região.

Tratando-se de estrada transmunicipal, atualmente conservada a nível de município, sem verbas suficientes para essa finalidade, é imperiosa a sua estadualização.

Passando tal atribuição ao D.E.R., que possui maiores recursos, essa mudança trará inúmeros benefícios à região.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado telex ao Sr. Ministro da Previdência Social e aos Senhores Líderes dos partidos políticos acreditados na Câmara e Senado Federal, solicitando a imediata revogação da medida que permite estender aos auxiliares dos médicos, o direito de cobrar dos pacientes hospitalizados em apartamento.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1980.

(a) JOSÉ TAVARES.

#### JUSTIFICATIVA:

É um verdadeiro absurdo esta medida. Parece que o Ministro da Previdência não tem conhecimento, das dificuldades do povo brasileiro, diante dos altos custos das despesas hospitalares. Ao invés do Senhor Ministro da Previdência adotar essa medida, deveria isto sim, diminuir os custos das despesas hospitalares que vem sendo absurdamente cobrada dos pacientes.

Esses custos hoje, constitui um dos mais elevados do País.

Por isso, a nossa estranheza em vê-lo ainda mais alterado, e nos preocupamos com a revogação dessa medida, que classificamos altamente injusta.

Deve o Governo exigir e dar condições aos hospitais para melhor atender aos pacientes neles internados. As enfermarias dos hospitais, com raras exceções, não possuem as condições mínimas indispensáveis para internamento de alguém.

#### PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 28/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "ASILO SÃO FRANCISCO DE ASSIS", com sede e foro na Cidade de SANTO ANTÔNIO DA PLATINA.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1980

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública vem prestando relevantes serviços, amparando os indigentes de ambos os sexos, acolhendo-os em sua sede, fornecendo-lhes alimentos, vestuários, medicamentos e funerais, sem distinção de credo religioso, cor ou nacionalidade.

Entendemos, portanto, que a referida associação preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública, razão pela qual levamos à consideração dos ilustres Pares, esperando desta forma o seu apoio e conseqüente aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI N.º 29/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado Deputado ARNALDO FAIVRO BUSATO, a Escola de 1.º Grau, localizada no Distrito de Pinhais, Município de Piraquara.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1980.

(a) JOÃO MANSUR.

#### JUSTIFICATIVA:

Pretende-se pelo presente projeto de lei, denominar

Deputado ARNALDO FAIVRO BUSATO, a atual Escola de 1.º Grau localizada no Distrito de Pinhais, Município de Piraquara.

Nascido no vizinho Estado de São Paulo, mas paranaense de coração, o Deputado ARNALDO FAIVRO BUSATO, sempre demonstrou grande interesse por todos os problemas paranaenses, e entre os quais o setor educacional de nosso Estado, quando em várias oportunidades no exercício de seu mandato propiciou à população paranaense maiores e melhores condições de instrução.

O Deputado ARNALDO FAIVRO BUSATO, sempre exerceu com destaque e dignidade suas atividades profissionais, e o conceito elevado que fez por merecer junto ao povo, culminou por elegê-lo Deputado Estadual e posteriormente Deputado Federal. Ocupou por várias vezes, Secretarias de Estado, dignificando todos os cargos que assumiu, e incontestavelmente podemos dizer que realmente ARNALDO BUSATO era um grande líder.

Sendo portanto justa a homenagem que pretendemos prestar denominando Deputado ARNALDO FAIVRO BUSATO, a Escola de 1.º Grau localizada no Distrito de Pinhais, Município de Piraquara, a esse homem público que foi um grande servidor do Paraná, encarecemos aos nossos ilustres Pares, o apoio do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. LÚCIO MACHADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lê):

“Assumo a tribuna na tarde de hoje para encaminhar requerimento o qual solicita da Secretaria das Finanças do Estado do Paraná a adoção de nota fiscal de venda ao consumidor na forma simplificada.

A nota fiscal simplificada já é adotada em outros estados como é o caso dos Estados de São Paulo e Santa Catarina conforme fotocópia que anexo ao presente requerimento.

A medida proposta vem resolver um problema que há muito tempo tem atrapalhado as pequenas e médias empresas comerciais pois é do conhecimento de todos que os comerciantes ao efetuarem suas vendas deverão descrever os produtos vendidos na nota fiscal ao consumidor.

Por outro lado, as grandes empresas comerciais estão isentas de tais exigências, por exemplo: os supermercados não especificam as mercadorias vendidas, bastando a eles a simples emissão do ticket ou cumpom de caixa registradora o que não deixa de ser uma nota fiscal simplificada.

Porém os pequenos estabelecimentos comerciais não são beneficiados com tal medida, pois uma máquina registradora custa mais de Cr\$ 60.000.000,00 o que os impossibilita totalmente do gozo deste benefício.

Tivemos conhecimento de alguns comerciantes multados pela fiscalização estadual por não terem especificados por exemplo a venda de algumas unidades de cervejas, isto não atonece com os Supermercados que também não especificam a venda nos cupons emitidos pelas caixas registradoras.

Desta forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a adoção de tal medida, vem beneficiar aqueles que realmente necessitam de benefícios, aqueles que carecem da proteção das autoridades para que possam sobreviver, porque o que temos notado é que o pequeno comerciante é hoje uma “espécie em extinção”, principalmente pela desigualdade de condições a eles imposta e pela falta de oportunidades a eles concedidas.

Preservar e incentivar o pequeno comerciante é dever de todos nós, principalmente nós do interior que sentimos de perto o valor social dos mesmos, participando do desenvol-

vimento e do progresso da comunidade em que vive, aplicando na própria comunidade os lucros que dele advêm, procurando de todas as formas evitar o êxodo do interior, e o que é mais importante, são eles os pequenos e médios comerciantes os que procuram agir com maior honestidade perante o Estado Estadual e Federal.

Este o motivo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que encaminho um requerimento ao Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças do Paraná, para que adote essas medidas em benefício dos pequenos comerciantes:

“Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subpreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o pleno Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças do Estado do Paraná, solicitando a adoção, da nota fiscal simplificada de venda ao consumidor, a exemplo de outros estados, como é o caso do Estado de São Paulo e Estado de Santa Catarina, copiando fotocópias que se anexo ao presente requerimento.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1980”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET – Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lê):

“É comum a afirmação de que a economia nacional está assentada sobre um tripé, formada pelas empresas nacionais, estrangeiras e estatais. Entretanto, este tripé apresenta-se distorcido, uma vez que o gigantismo das empresas estatais e multinacionais, tem, paulatinamente, estrangulado o natural desenvolvimento das empresas de capital nacional.

A problemática do capital estrangeiro, que tem vantagens e desvantagens, será oportunamente, tema de pronunciamento que faremos desta tribuna.

A estatização, isto é, a crescente participação do estado em alguns setores da economia nacional, tem sido objeto como polêmico, merecendo também considerações mais profundas.

Entendemos, embora sendo defensores da livre iniciativa em termos econômicos, que a desestatização imediata não é aconselhável, pois a iniciativa privada nacional não possui no momento, um montante de capital e tecnologia para assumir as empresas estatais. Além do mais, as experiências políticas e econômicas recentes mostram que o capital estrangeiro, particularmente nos países em desenvolvimento, tende a contrapor ao gigantismo das empresas estrangeiras, pela própria enquanto a empresa privada nacional não adquirir suficientemente forte. Aliar o Estado dos segmentos econômicos por ele atualmente dominados seria enfraquecer e apreender o permitir o rápido avanço das empresas estrangeiras sobre bases fundamentais para o desenvolvimento e segurança do País.

A verdade é que, hoje, a empresa nacional é frágil, a empresa estatal não tem controle e a empresa estrangeira age sem estatuto.

Se levarmos em conta que as grandes empresas têm tido grandes vantagens especialmente como receptoras dos mais diversos tipos de subsídios creditícios canalizados pelo sistema financeiro, as medidas de proteção à pequena empresa têm um sentido deveras salutar para a economia brasileira.

A diminuição de impostos para a pequena empresa implicará, por certo, numa maior disponibilidade de bolo a ser dividido entre os pequenos empresários e seus assalariados que também estão por melhor se organizar para aumentar desta forma seu poder de competição.

Afirmamos, de início, que o fortalecimento da empresa privada nacional deveria ser feito através de medidas decididas

por nossas autoridades econômicas. Aplaudimos, portanto, as iniciativas ora encetadas pelo poder decisório e esperamos que as mesmas tenham continuidade para que possamos pensar seriamente no fortalecimento da empresa privada brasileira."

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Ministro da Saúde, Jair Soares, alguns meses atrás, digo, o Ministro da Previdência Social, Jair Soares, perdoem, alguns meses atrás, em entrevista a imprensa nacional, dizia que era de sua intenção encaminhar ao Congresso Nacional um esboço de um anteprojeto de lei alterando a sistemática que institui a aposentadoria no Brasil. E ele dizia que era objetivo seu, constar desse projeto de lei que as pessoas no Brasil somente seriam aposentadas após 65 anos de idade.

Foi, sem dúvida, uma infeliz afirmativa, uma infeliz declaração do Ministro Jair Soares, da Previdência Social, que inclusive levou uma inquietação, uma preocupação muito grande às pessoas, a todos os cidadãos brasileiros.

E agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tomamos conhecimento de uma medida já concretizada, de uma medida já efetivada pelo aludido Ministro, que visa primordialmente estender aos auxiliares médicos o direito de cobrar dos pacientes hospitalizados em apartamento.

O que pretende o Sr. Ministro Jair Soares, Sr. Presidente, nobres Deputados, é simplesmente dificultar ainda mais o acesso das pessoas menos favorecidas pela sorte, das pessoas da classe média, em síntese o que pretende com esta medida é alterar, ainda mais o já alto custo das despesas hospitalares no Brasil.

Eu sei, e tenho a certeza de que todos os Srs. Deputados e funcionários aqui presentes, sabem o quanto é caro uma despesa hospitalar nos dias de hoje. Eu diria até que é uma das despesas mais elevadas neste País. As enfermarias, poderia responder o Sr. Ministro, é o lugar para aqueles que não possuem condições financeiras para utilizar-se de um apartamento.

Mas as enfermarias dos hospitais no Paraná, principalmente, que é o que eu conheço de perto, não têm as menores condições de higiene, de assepsia para que as pessoas possam ali ser internadas. Eu conheço alguns casos de pessoas que contrairam doenças infecciosas, somente porque foram internadas em enfermarias porque não tinham condições de contratar um apartamento.

E agora, Sr. Presidente e nobres Deputados, vem o Sr. Jair Soares instituir uma medida altamente injusta e impopular, que é a de estender aos auxiliares médicos, enfermeiros e outros auxiliares médicos, o direito de também cobrar do paciente a complementação quando este ocupe um apartamento no hospital.

Por esta razão, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, é que estou endereçando à Mesa um requerimento apelando ao Ministro Jair Soares e às lideranças dos partidos credenciados no Congresso Nacional, providências no sentido de revogar esta medida que julgamos altamente injusta, impopular e desumana.

Por esta razão, gostaria de contar com o apoio dos nobres Deputados do PDS, nesta Casa, para este meu pedido que não será para mim, mas será sim, tenho certeza para o povo do Paraná e conseqüentemente para o povo do Brasil, que tem sofrido muito nestes últimos anos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Assistimos neste último mês, e vimos nos jornais, na

televisão, noticiários a respeito da saúde brasileira, principalmente no que se refere ao Estado do Paraná, na vinda de Sabin, no que aconteceu no que diz respeito ao Ministério da Saúde.

Vimos ontem, nesta Casa, a liderança do Partido do Governo se reportar e dizer, deixando à vontade a sua bancada, para que votasse requerimento de repúdio ao Ministro da Saúde.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna para falar sobre saúde. Todavia, vou deixar para quando discutirmos requerimento que vou apresentar, o pensamento de cada um a ser colocado nesta Casa.

Assim, Sr. Presidente, encaminha à Mesa o seguinte requerimento: (Lê)

"Senhor Presidente.

Considerando que a Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, além de cuidar de problemas epidêmicos, como tem feito, caso recente da campanha de vacinação contra a poliomielite e da já programada contra o sarampo, tem também a finalidade de atender o bem estar dos mais necessitados.

Isto posto, o Deputado que o presente subscreve, ouvido o Plenário, requer as seguintes informações:

1 - Qual o total de passagens (rodoviárias e ferroviárias) fornecidas por aquela Secretaria no ano de 1.979, para pessoas carentes? Número e valor total.

2 - Há programação para atender com agasalhos os mais necessitados para este ano?

3 - Qual foi o total de agasalhos distribuídos no ano de 1.979? Se positivo, qual o total e de quem a Secretaria adquiriu?

4 - Tem a Secretaria de Saúde e Bem Estar Social distribuído alimentação a pessoas comprovadamente necessitadas? Se positivo, qual o tipo de alimentação adquirida bem como a firma ou firmas que forneceram.

5 - Tem a Secretaria adquirido alimentos considerados supérfluos? Se positivo quais e que firmas ou firma forneceram?

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1.980."

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, nobre Deputado Fidelelino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Tendo declinado, concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta oportunidade que ocuparei a tribuna, quero hoje prestar uma homenagem. Uma homenagem à Revista "Panorama" pelo recente evento que ela, juntamente com a Assembléia Legislativa do Paraná, promoveram com a realização do Terceiro Seminário Paranaense de Desenvolvimento. Bem como ao Diretor da Revista "Panorama", José Cury.

Nesta homenagem que desejamos prestar neste curto espaço de tempo, queremos dizer também que ainda hoje, por coincidência, lemos nos jornais de que a Revista "Panorama" está completando 40 anos de existência, o que é muito importante para um órgão de divulgação a permanência, durante tanto tempo, à disposição dos leitores, de dizer que a Revista "Panorama" que, até então era uma revista mensal, passa a ser semanal.

Mas, a nossa homenagem por esta comemoração e pela realização do seminário para o qual trouxe tantos técnicos, economistas, políticos, que durante dois dias debateram com os Srs. Deputados e demais interessados, problemas da atualidade.

A Revista "Panorama", num esforço muito grande de sua Diretoria, está distribuindo o seu número especial, com 50 páginas, onde traz todos os pronunciamentos feitos nesta Casa. Esse caderno, inclusive, poderá servir de subsídios para estudiosos dos problemas nacionais e sociais.

Nossa homenagem à Revista "Panorama", ao Dr. Gilberto

Batalha, homem de grande mérito, que milita no Ministério da Agricultura, em Brasília e que foi o coordenador desse Seminário.

Gostaríamos de destacar dois pontos nesta homenagem: a primeira delas, exatamente um trecho da abertura do seminário, quando o Dr. Gilberto Batalha dizia:

"Hoje o desafio do desenvolvimento territorial cede lugar a um outro desafio, muito mais amplo e muito mais fascinante: a conquista da fronteira social. Da mesma forma como fomos capazes de dominar o nosso espaço geográfico, transformando em poucas décadas recursos até então ociosos, em fatores de alta produtividade, temos agora esse novo desafio: incorporar ao processo de desenvolvimento este grande potencial de recursos humanos de que dispomos."

Outro trecho que queria destacar é a fala do Governador Ney Braga, quando da abertura do seminário, quando disse textualmente:

"O desenvolvimento em bases planejadas não deve ser feito só para o povo, por uma cúpula altamente centralizada, impessoal e determinativo. Sempre que possível, o planejamento deve ser feito, também pelo povo, através da comunicação permanente com as organizações intermediárias da sociedade".

E com isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixamos este registro, sugerindo à Mesa Executiva da Casa que, a exemplo de outras Assembléias do Brasil, que dão vida muito mais importante ao Parlamento, quando trazem técnicos, políticos de grande gabarito, para trazer ao conhecimento dos Representantes do povo e demais interessados, assuntos realmente interessantes.

Lemos com justa alegria, há alguns dias atrás, que esta Casa, por iniciativa da Presidência, poderá realizar, este ano, um grande seminário que tratará de assuntos agrícolas, pecuários, enfim, de toda a economia da agricultura brasileira.

Isso realmente nos empolga muito, pois dará oportunidade para que muita gente possa participar desse processo de desenvolvimento, neste setor.

Encerrando, Sr. Presidente, queremos não só parabenizar a Revista "Panorama" mas também a Casa a que pertencemos, por esse evento, por essa realização. E que em outras oportunidades se repita e com muito mais participação do que houve desta vez.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz. Tendo declinado, concedo a palavra ao nobre Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHAWRTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A data de ontem não deve passar despercebida por todos os estudiosos das coisas brasileiras. De fato, ontem marcou o fim do ciclo da chamada Revolução de 64, pois na data de ontem, o último dos generais da chamada Corrente Nacionalista, caiu. O último daqueles que representavam aquela corrente que em 1.964 talvez com o melhor dos propósitos, derrubaram o Governo constitucional de então, ontem foi vítima da própria Revolução que fez.

O General Serpa é, indiscutivelmente, o último dos militares que acreditava na chamada Revolução de 64. E como sempre, em todas as revoluções, os seus autores são as suas próprias vítimas.

A nova cartilha que passa, a partir de ontem, a nortear aqueles que estão no poder, aqueles que ainda divergiam do poder, deve ter no seu artigo 1º, parágrafo 1º, parágrafo único e artigo único. Todo militar é obrigado a apoiar a política econômica do Governo e considerar os interesses não nacionais, como os únicos com condições de salvar a Pátria.

Lembro, Srs. Deputados, quando num grupo de outros Deputados ouvíamos a voz de um eminente militar daquela

corrente nacionalista, o seguinte: Em 1.964 preparamos uma revolução e fizemos a revolução. Estávamos com os melhores dos propósitos, mas no primeiro dia em que tomamos conta do poder, descobrimos que o nosso entendimento de Economia, — e essas palavras são dele, ouvidas por outros Deputados desta Casa —, no primeiro dia descobrimos que o nosso entendimento de Economia não passava do custo do tomate ou da cebola no super-mercado e que de macro-economia nada entendíamos, e só muito tempo depois fomos descobrir que não entendendo de macro-economia, o que de fato estávamos fazendo e o que fizemos, foi entregar o País na mão dos interesses internacionais, quando entregamos a gerência da nossa economia, nas mãos de Bulhões e nas mãos de Roberto Campos. Este foi um militar que teve de ser anistiado para ser confinado praticamente, para ter encerrada a sua vida pública, a sua vida militar no longínquo Recife, numa simples cadeira de homem a receber os soldados que entram no Exército, e me refiro, — todos já devem estar percebendo, — ao Coronel Tarcísio.

Agora, quando um outro militar, o último dos nacionalistas, resolve falar em Pró-álcool nas mãos de nacionais, e punido, mas aqueles que falam em defender os contratos de risco para a Petrobrás, estão a se locupletar. E divisão de rendas? Que ele também falou da necessidade de uma nova distribuição de rendas neste País. É crime pedir que o pobre ganhe mais e que o rico ganhe menos, mas não é crime os Senhores Ministros confessarem, através do Líder na Câmara Federal de que gastam quase cerca de 1 milhão de cruzeiros, apenas para pagar seus empregados domésticos. Isso não é crime, mas falar em divisão de rendas neste País é crime.

E a limitação da natalidade. Muitos dos Srs. Deputados devem ter visto na última terça-feira ainda, na Teve Globo, Globo Repórter, o seguinte: Que na Alemanha um dos graves problemas é a limitação de filhos, a falta de crianças e que talvez no futuro a Alemanha não tenha nem população. No Brasil hoje, através da denúncia desse General, se pretende, os planos estão prontos, para baixarmos o nosso índice de natalidade a 1%, índice equivalente ao da Alemanha. E com isso, continuarmos neste País com uma população baixíssima para que os interesses das multinacionais, para que continuemos a ser escrevos dos outros povos. Não interessa aos grandes, não interessa aos grandes uma população de 200, 250 milhões de brasileiros, se constituiria um problema para os seus interesses.

Srs. Deputados. Eu chamo a atenção de todos para que retorne um pouquinho no tempo e leiam todas as declarações das últimas solenidades militares. Militar algum neste País foi punido, quando criticou a classe política, pedindo modificação porque se não a fechadura voltaria.

Em todas as solenidades militares dos últimos tempos, militares dos mais graduados, têm mandado recado à classe política e ao povo, de que se não se comportar direitinho, haverá fechadura.

Srs. Deputados, encerro porque o Sr. Presidente já avisa que meu tempo acaba. Mas, tenham cuidado com uma nova senha que vigora nesse País, "não percam vossos mandatos e tenham muito cuidado, não falem em capitalismo selvagem", porque esta é a senha que tirou o Sr. Richibietter do Ministério e agora derruba até um General. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Friedrich, inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O General Antônio de Andrada Serpa, foi exonerado do cargo de Chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército, após repetir conceitos, emitir opiniões e fazer denúncias sobre assuntos políticos e governamentais, sob corajosa ótica crítica.

Não pretendemos analisar o aspecto disciplinar ou legalista da medida. Aliás, o que seria absolutamente relativo, pois até hoje não se viu nenhum militar ser punido ao conceituar, opinar ou incentivar posições elogiosas à política e atos do Governo do regime.

Acresce-se se fossem punidos todos os militares que sempre elogiaram o chamado sistema e sua ação prática, por certo o golpe militar de 64, não teria continuado, e o seu fim seria no dia 2 de abril com milhares de exonerações. Vê-se, por conseguinte, quão parcial e frágil seria, se ater somente ao aspecto punitivo do General Andrada Serpa. E é óbvio que não essa a intenção do nosso pronunciamento, como também não estamos na tribuna para fazer uma análise ideológica ou apologética mais profunda aos conceitos passados ou presentes do referido militar.

Aqui nos encontramos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para evidenciar o aval que merece o conteúdo da palavra exposta, por certo, a Nação inteira hoje, avaliza a conceituação exposta pelo General punido.

Afinal, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cabe principalmente às oposições do País, trazer este assunto com vigor, para ser lembrado e debatido. Porque foram as oposições brasileiras ao longo dos anos que repetiram, renovaram, quase esgotaram suas energias, em críticas, denúncias e evidências indefensáveis, quanto à ação do capitalismo monopolista internacional. Perseguições, violências, ameaças de toda ordem, prisões e cassações e agressões de todas espécies, sofreram muitos irmãos brasileiros, porque ousaram defender interesses nacionais.

Em tais ocasiões, Sr. Presidente, nunca faltaram, como hoje talvez não faltarão, as repugnantes omissões de homens públicos e inclusive de militares, e até de elevadas graduações, que a tudo viam, assistiam e nada faziam. Mas havia quem resistia, Sr. Presidente. E a resistência histórica nas suas marchas e contramarchas, aos poucos dada a continuidade da nefasta agressiva intocada presença das multinacionais, em todos os setores da economia brasileira, aos poucos foi se multiplicando a histórica resistência.

Nas consciências dos patrícios e ultrapassando as muradas obscuras dos que se calavam por medo, por indecisão, ou por interesses, atingiu contingentes superiores e até pessoas nativas pertencentes às forças armadas. (Conversas no plenário)

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> permitisse que eu continuasse como está.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) (Faz soar os tímpanos). Com a palavra o nobre Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, eu não pretendia incomodar.

Sr. Presidente, eu gostaria de continuar como está.

É o murmúrio da omissão, repugnante da covardia dos homens públicos, que sempre estiveram ao lado dos poderosos e que não terão coragem de vir à tribuna, na hora que um brasileiro, que não sei das suas condições ideológicas, ou patrióticas, tem a ousadia de ser um pouco nacionalista. São os mesmos, dominados pela subserviência, pela passividade, pela omissão. Calam-se, omitem-se na repugnância, obscuridade das suas mentes.

Sr. Presidente, perdoe se V. Ex.<sup>a</sup> teve de se incomodar em chamar a atenção do Plenário. Sempre foi assim; e ainda será.

Vale, Sr. Presidente, Srs. Deputados, trazer trechos do quase tardio pronunciamento denúncia, feito na última terça-feira, quando o General Andrada Serpa prestou grande serviço ao País.

Vale trazer trechos deste quase tardio pronunciamento, Sr. Presidente.

O Sr. Mário Calso — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte? (Assentimento)

Muito obrigado, ilustre companheiro de oposição. Só para não perder a oportunidade, e atento ao que V. Ex.<sup>a</sup> acabou de dizer, eu gostaria de registrar nos Anais da Casa, e também no seu pronunciamento, a Carta de São Thiago, que diz o seguinte:

"Agora Ricos, escutem

Chorem e gritem pelas desgraças que vão sofrer!

Suas riquezas estão podres, suas roupas comidas pelas traças.

Seu ouro e sua prata estão cobertos de ferrugem

Que depõe contra vocês

E que comerá seus corpos

Amontoando riquezas, amontoaram fogo para o fim dos tempos!

Pois o Salário que vocês tiraram dos homens

Que trabalham nos seus Campos, grita!

E os gritos dos que trabalham nas colheitas

Já chegaram até os ouvidos de Deus, o Senhor todo Poderoso

Vocês têm tido uma vida de luxo e de prazeres aqui na terra,

E estão gordos como gado, pronto para o matadouro.

Vocês condenam e Matam os inocentes,

E eles não podem fazer nada contra vocês."

Carta de São Thiago.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço e aproveito só para dizer que há muitas consciências esfarrapadas e querem, sem sensibilidade com as suas malefícências, as necessidades dos homens brasileiros. Mas há ainda os resistentes, que ousam dizer, por exemplo:

"Que considera da maior gravidade para o País, a dependência do petróleo; a dependência tecnológica, a divisão da renda e o problema populacional.

Andrada Serpa diz que com a coesão das Forças Armadas na sua subordinação ao dever militar, fácil será sempre para um País com as potencialidades do nosso, achar os rumos que o transformarão numa das quatro potências do mundo, nas próximas décadas.

Voltando a explicar detidamente porque considera que o Pró-Álcool e outros programas de substituição do petróleo, não devam se desenvolver com investimentos estrangeiros, diz: — o programa da biomassa de tecnologia brasileira, com investimentos necessários, chegará a um patamar de custos onde o preço do álcool e dos óleos vegetais só subirão de acordo com a inflação brasileira.

E diz mais: — Energia é poder. E a tradição brasileira é conservar o poder nas mãos dos brasileiros. Disse Serpa: — que se permitirmos que as multinacionais atuem nos programas do álcool e dos óleos vegetais, estaremos deixando que o preço do álcool seja vinculado aos preços do petróleo. Notadamente pelo volume do capital estrangeiro, poder de corrupção e pelos testas de ferro que possuem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Diz o General que se permitirmos que as multinacionais atuem nos programas do álcool e dos óleos vegetais estaremos deixando que o preço do álcool seja vinculado aos preços do petróleo, notadamente, pelo volume do capital estrangeiro, poder de corrupção e pelos testas de ferro que possuem.

Testas de ferro que estão no Poder Central de Brasília; nas Assembléias Legislativas, nos Palácios dos nossos Estados e nos corredores da corrupção e da incompetência, sustentando esta situação de tensão e intranquilidade que atravessa o nosso País. Estes são os testas de ferro, que têm que falar alto porque as suas consciências já falam mais alto ainda do que a oposição.

Se não existisse a Petrobrás, ao invés de pagarmos 25 dólares pelo barril de petróleo, estaríamos pagando, 35 a 40 dólares o barril.

O Sr. Andrada Serpa diz que o setor da indústria farmacêutica é para ele, aquele em que o capitalismo selvagem



mais se desenvolveu. E é a saúde pública; é a saúde de todos nós, dos nossos filhos, inclusive dos Deputados do PDS, de todo o País, o setor de indústria farmacêutica é aquele em que o capitalismo selvagem mais se desenvolveu, e citou exemplos de países adiantados que possuem de 3 a 5 mil títulos de medicamentos, sendo que o Brasil possui hoje 30 a 40 mil títulos. Enquanto o Brasil tem de 30 a 40 mil títulos, os países mais adiantados possuem apenas de 3 a 5 mil títulos de medicamentos.

Os países como a Itália e a Índia, arremata o General punido, e os países democráticos da Cortina de Ferro a Romênia e a Hungria já jogaram fora a cangalha da dominação multinacional nesse setor e um pouco desta cangalha está em todos aqueles que não querem ouvir e não aceitam afirmações e denúncias como esta do General Andrada Serpa.

Mais uma vez lembrou a importância geo-política do setor demográfico afirmando sua preocupação com os formigueiros da Ásia e a possibilidade de que esses formigueiros venham com capitais das grandes potências plantar mandioca e cana na Amazônia. Denunciou, em seguida, uma organização multinacional que trabalha em 26 países da América Ibérica, financiada pelas fundações Ford e Rockefeller, e que têm o ambicioso projeto de conseguir a instalação de 700 mil clínicas para conseguir a esterelização de 15 milhões de brasileiros e reduzir, nos próximos anos o crescimento da população de 2,7% para 1%. A taxa de natalidade das velhas nações, impostas num País tão novo, se nós não impedirmos que isso ocorra.

E aí concluiu, seremos simples fornecedores de matéria prima. Aliás, Sr. Presidente, o controle de natalidade, sob o patrocínio do Banco Mundial, e com cooperação de fundações Ford-Rockefeller, tem outra grande finalidade. É matar no útero os futuros terroristas urbanos-rurais que não aguentam a tirania e as injustiças sociais.

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado Nilton Friedrich, a propósito do que V. Ex.<sup>a</sup> citou, a afirmação do General Serpa da existência de testas de ferro, vale apenas lembrar que nos últimos 16 anos tem-se estabelecido uma constante para muitos brasileiros. Ao saírem dos principais Ministérios de Economia, invulgarmente tais Ministros passam à Direção de empresas multinacionais. Portanto, é fácil de identificar aonde estão os testas de ferro do capital estrangeiro.

E uma outra referência à entrega total deste Brasil à mão das multinacionais. Denúncias estão ocorrendo de que o Serpro, que manipula toda a informação vital para o próprio planejamento governamental, toda informação pública, questão de extrema segurança nacional, está passando agora para as mãos das multinacionais. É evidentemente razão suficiente para um General, de cunho nacionalista, se indignar e realmente provocar a exoneração de um Governo que está totalmente entregue à sanha e à voragem do capital estrangeiro.

Acredito, nobre Deputado, de que o atrito existente entre o grupo do Planalto e este General vinha há muito tempo ocorrendo. Mas preferiu, tal General, que o Planalto assumisse perante a Nação a responsabilidade de exonerá-lo, de demití-lo do Alto Comando. Porque só assim entendo, pode ser de que os democratas sonolentos deste País atentem para denúncias deste gênero, desta natureza.

Não são os homens da Oposição, os políticos fofos, os demagogos como muitos julgam que falam na interferência e no domínio do capital estrangeiro. São os homens que fizeram esta Revolução. Os que portam farda. Existem muitos dignos e esta dignidade deste Serpa é que hoje deve estar esbofetando, não a cara, porque tem muita gente que já perdeu a vergonha, mas a consciência e o íntimo de muitos daqueles que sabem que estão fazendo papel de inocentes

úteis, de darem cobertura às artimanhas de Ministros entreguistas que ao saírem do Ministério vão passar suas contas para a Suíça, em contas secretas, como já foi denunciado.

Só na Suíça, existem mais de 36 bilhões de dólares depositados. E não são os demagogos da Oposição que têm estas contas. Por isto me congratulo com V. Ex.<sup>a</sup> ao trazer o debate a esta Casa, porque acredito que atrás do General Serpa, graças a Deus, existem os Tarcísios, e existem muitos militares que haverão de, em hora oportuna, se fôr necessário, darem um "pontapé nos fundilhos" destes entreguistas que tomam a Nação hoje. Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Muito obrigado pelo aparte, que trouxe uma série de evidências e também revigorando que neste ato, o General Serpa pratica uma ação corajosa e passa a receber o maior respeito da Nação brasileira.

O Sr. Tércio Albuquerque — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

(Assentimento)

Meu caro Deputado, peço permissão de no meu linguajar simples apartear V. Ex.<sup>a</sup>. Digo isto, porque no ano passado, neste plenário, um Deputado denominou um outro companheiro de constitucionista. E a partir disto, este Deputado quando toma alguns apartes aqui, diz que este Parlamento virou um palco de palavras fáceis.

Mas com as minhas fáceis, que foi como aprendi na escola, queria o direito de apartear-lo.

Em 1.964, quando neste País, a pedido de uma grande população civil, instituiu-se uma Revolução, feita por militares e civis que, para mim ambos são brasileiros com o mesmo direito de defender e trabalhar pela sua Pátria, a Oposição liderada até mesmo V. Ex.<sup>a</sup> e muitas vezes que ocupa esta tribuna, sempre foram contra os generais de nosso País. Depois que foi exonerado de seu cargo, o General Sílvio Frota passou a ser o salvador da Pátria. Idêntico o General Hugo Abreu. Agora mais um.

Mas se fizermos uma opção, somos do Partido que dá apoio à Revolução ou somos do Partido contrário à Revolução, temos que seguir os ditames que o nosso partido implanta ou que os nossos administradores? E se um homem é da confiança do Governador ou do Presidente da República, ele só deverá permanecer no cargo até o dia que merecer esta confiança.

O General Serpa, não sei se por suas declarações, como V. Ex.<sup>a</sup> fala, ou por outros motivos, foi exonerado do seu cargo por S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente João Figueiredo. Nós aceitamos esta exoneração, não porque somos subservientes, como disse o Deputado que aparteu V. Ex.<sup>a</sup>, anteriormente, mas porque estamos num regime de abertura política que o Presidente João Figueiredo em suas campanhas afirmava e tem demonstrado, nobre Deputado, pelos seus atos, primeiro, revogando os atos de exceção; segundo, trazendo de volta, para o nosso País, os brasileiros banidos para convivência em seu lar e junto ao seu povo.

Em continuação a esta grande abertura política, nos trouxe a reformulação partidária onde V. Ex.<sup>a</sup>, eu e todos nós, tivemos a oportunidade de optar pelo partido onde seu programa vem de encontro à nossa ideologia.

Mas não podemos aceitar, nobre Deputado, quando qualquer um dos Srs. Deputados assume a tribuna é para atacar, é para querer humilhar os homens que defendem o Governo. Não sei porquê. Porque nós também poderíamos usar de forças, de palavras, para atacar a personalidade de qualquer um dos Srs. Deputados da Oposição.

O nobre Deputado Nilso Sguarezi, a quem respeito muito, em suas palavras só nos disse nomes que vêm de encontro ao nosso pensamento: subservientes, homens que aceitam tudo, que dizem "amém", não é isso, Sr. Deputado, queremos dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que achamos que todos os generais, todos os homens que sejam ministros, ou secretários de Estado, desde que acei-



taram seus cargos e suas posições, têm que aceitar o comando do homem que os nomeou.

Isso, quando V. Ex.<sup>a</sup> assumir algum cargo executivo, em seu Estado, ou mesmo na Nação, haverá de escolher, para lhe assessorar, homens de sua inteira confiança.

E acreditamos que V. Ex.<sup>a</sup> fará assim, como todos os outros.

Era este simples aparte que queríamos deixar para V. Ex.<sup>a</sup>.  
O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte. Quanto

a ele diria tão somente que há um equívoco enorme em dizer que todos os militares que por acaso foram exonerados, ou colocados na reserva, por esta ou aquela razão, recebessem elogios da Oposição.

Não me consta, no País, que alguém da Oposição, tenha, por exemplo, elogiado a saída e colocação na reserva, de Sílvio Frota. Mas, também, sempre bem recebemos aqueles que sabem reciclar e que, às vezes indignados, romperam com o passado, porque estavam por demais comprometidos com as questões que levaram ao golpe militar e, hoje, diante da realidade, das consequências daquele movimento, consequências não como V. Ex.<sup>a</sup> colocou, de Deputados que vêm aqui humilhar homens da situação. Não. Humilhado quem está, neste País, é o seu povo. Humilhados na inflação, na insegurança, no salário, na tensão social, humilhados que estão, principalmente o entreguismo palpitante que existe.

E não há dúvidas de que o grande fator é, exatamente, o Poder centralizador, dominador, opressor que se registrou neste País e ainda existe.

E se ele existe é porque há quem o sustente.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte

O SR. NELTON FRIEDRICH — Após outros Srs. Deputados que me solicitaram anteriormente.

Concedo aparte ao Sr. Deputado José Tavares.

O Sr. José Tavares — Nobre Deputado Nelson Friedrich, é a impressão que tem quando toma conhecimento da demissão de um alto oficial do Exército Brasileiro, num regime como o vigente no País, é de que a ditadura, realmente, está mais forte do que nunca.

Mais forte porque se assiste um alto oficial do Exército Brasileiro, da estirpe do General Serpa, ser demitido em razão de declarações altamente nacionalistas que tem feito nestes últimos meses.

Mas não sei, nobre Deputado, se a ditadura, realmente, é muito forte. A impressão que me causa um episódio como este é a pior possível, ou talvez a melhor possível.

Diria a melhor possível, porque um episódio como este, é de temer um novo golpe de direita, em face dessa demissão.

Seria, nobre Deputado, para melhor, que houvesse um golpe não de direita, mas um golpe conduzido por pessoas com interesses eminentemente nacionais, como são os interesses de homens como esse General Serpa. Eu acho que as coisas por Brasília, estão mais negras do que se possa imaginar. Eu vejo com tristeza, como brasileiro, como patriota, como nacionalista, como homem que ama esta terra, eu vejo com tristeza um episódio como este. Enquanto são homens da Oposição, eleitos pelo povo que são cassados, que são tolhidos no encaminhamento da sua luta, por dizer fatos ou fazer afirmações como estas, ainda vá lá, porque é um homem partidário da Oposição, mas um homem que até ante-ontem convivia, discutia juntamente com os demais dirigentes desta Nação, os problemas brasileiros, é realmente de se ficar preocupado e até entristecido em ver que este Governo está completamente perdido.

O Senhor João Baptista Figueiredo deveria, ao invés de demitir nacionalistas como esse General Serpa, deveria mandar, como diz o Deputado Waldyr Pugliesi mandar para a lata do lixo, Ministros como esse Delfin Neto, como esse Ernani Galveas, como esse tal Carlos Viacava. Deveria botar na cadeia

esses homens, estes sim, deveriam ser demitidos para o bem da Nação brasileira, e não um General nacionalista, defensor do que é nosso, como foi esse General Andrada Serpa

É lamentável, triste, lamentável, sem dúvida vergonhoso para nós brasileiros, um fato como esse.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa lembra ao nobre Deputado que seu tempo está esgotado e lhe concede mais um minuto para terminar seu pronunciamento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Eu quero agradecer os apertes e até me desculpar por não cedê-lo aos demais solicitantes, face ao tempo, e concluo, então, Senhor Presidente. Muito teríamos a dizer e a observar, mas entendemos que se as manifestações recentes do General Andrada Serpa merecem o aval da Nação brasileira, mais do que nunca, a hora presente precisa ser refletida e mais do que qualquer outro, são aqueles que estão sempre prontos a tudo referendar e subscrever, desde que venham dos poderes de plantão, é a necessária ponderação a ser dada, para que a posição pretendida agora e no futuro seja clara e definitiva, porque, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se nós não refletirmos profundamente sobre episódios como esse de Andrada Serpa e do conteúdo de sua manifestação, mais dias, menos dias, talvez tenhamos a triste companhia do remorso em nossas consciências.

É preciso acabar com o veneno da lisonja, é preciso pôr fim ao poder centralizado e concentrador e que provou estar dominado por outros interesses que não os nossos, pois este poder absoluto e controlado, é um verdadeiro tóxico aos que nele vivem e que acabam se tornando viciados, mas também dadas as consequências negativistas, resultantes da política que praticam, cria-se motivo maior para que aos poucos sejam rompidas as contidas forças populares de todo um povo e essas forças populares poderão fazer a sua terapia através da sua libertação, atingindo a verdadeira democracia.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, termino numa conclusão efetiva, de que esse tipo de conceituação militar na ativa e de alta responsabilidade que recentemente ainda esteve em exercício no 13º comando, há mudanças conjunturais no País. As denúncias estão aí, e provam e exigem que precisamos caminhar novos caminhos e, os caminhos devem ser libertários, para independência econômica, política, social e cultural desta Nação. Mas como construir essa independência, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

Com a máxima democracia e liberdade e com a mobilização popular, e o 1º caminho mais do que nunca é a base deste edifício a ser construído, a Assembléia Constituinte. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado Edilson Alencar, para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito referente ao DETRAN, tendo como seu suplente ao Sr. Deputado Paulo Camargo. — **Ao Departamento Legislativo, para os devidos fins.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei nº 197/79, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública

a Conferência Vicentina de Ibiporã, com sede e foro na Cidade de Ibiporã. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 198/79, de autoria do Deputado RENATO BUENO, que declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Odontologia - Regional de Cascavel - Seção do Paraná, com sede e foro na cidade de Cascavel. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 3/80, de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", com sede e foro na cidade de Alvorada do Sul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 4/80, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO — que declara de utilidade pública a "Associação Evangélica Nova Vida", com sede e foro na cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de protesto à Confederação Nacional da Agricultura pelas acusações que fez à Igreja, bem como voto de solidariedade à Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros, pelo extraordinário trabalho que a Igreja vem desenvolvendo em favor dos oprimidos, dos sem terra e injustiçados. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, a votação do presente requerimento é uma questão aberta para a bancada do PDS. Eu votarei contrariamente ao requerimento, não negando solidariedade à igreja; em todas as vezes que a igreja efetivamente cumprir o seu papel. E eu confesso e confessar a ignorância de um determinado assunto não é pecado. Eu não li as declarações que motivaram o protesto do nobre Deputado Nelson Friedrich. Apenas por este motivo, votarei contrariamente, embora seja questão aberta para a bancada do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da ELETROBRÁS, encarecendo seja formulado o Programa para atender a eletrificação rural no Estado, para o ano de 1980. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do pronunciamento do General Antônio Carlos de Andrada Serpa. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da TELEPAR, enfatizando a necessidade da instalação de um posto telefônico no Distrito de São José do Ivaí, Município de Santa Isabel do Ivaí. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, visando a implantação em Toledo de um Núcleo da referida Secretaria. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a adoção da nota fiscal simplificada de venda ao consumidor, a exemplo de outros Estados. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Segurança Pública e Prefeito Municipal de Curitiba, encarecendo providências no sentido de recolher para entidades assistenciais os menores que perambulam nas proximidades do Mercado Municipal. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes e ao Sr. Diretor Geral do D.E.R., no sentido de que informem as razões da paralisação das obras de asfaltamento da estrada Umarama-Maria Helena. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo providências no sentido de dotar Campo Mourão de um Posto de Saúde. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação, encarecendo sejam efetuados estudos visando conceder ajuda ao Colégio Agrícola de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, no sentido de que seja criado o Distrito Judiciário de São José, no Município de Santa Helena. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Agricultura ao Ministério da Agricultura e Bancos do Brasil e Central, encarecendo a liberação de recursos às 15 cooperativas filiadas à Federação das Cooperativas de Eletrificação rural do Paraná, para implantar arrojado programa de eletrificação rural. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro da Justiça, encarecendo a revogação do ato que considerou "persona non grata" ao País, o ex-Deputado paraguaio Domingo Laino. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Ignácio Aloysio Donel, pela sua eleição para Presidente da COTRIGUAÇU. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, em forma de pedido de informações, com referência ao programa MERENDA ESCO

LAR. — Rejeitado.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem). — Sr. Presidente, requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere e procederá à chamada nominal.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Mário Celso, queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

21 Srs. Deputados aprovam; 27 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à revista "Panorama", pela magnífica edição que está apresentando, com um caprichado encarte sobre o III Seminário Paranaense de Desenvolvimento e Alimentos. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro da Previdência Social, bem como aos líderes dos partidos políticos acreditados na Câmara e Senado Federal, encarecendo a imediata revogação da medida que permite estender aos auxílios dos médicos, o direito de cobrar dos pacientes hospitalizados em apartamento. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Dares, lido de tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, consubstanciado em pedido de informações, com referência ao atendimento da referida Secretaria. — Em discussão.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Telestina, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor do D.E.R., encarecendo a atualização do trecho de estrada que liga a BR-277, no Município de Guaraniçu até a divisa com Patozini. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do INAMPS, enfatizando a necessidade de credenciamento dos hospitais em funcionamento no Município de Dois Vizinhos. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Indústria e Comércio e Presidente do Instituto Brasileiro do Café, sugerindo a indicação do Sr. José Antônio Silva, para o cargo de Diretor de Comercialização do Instituto Brasileiro do Café. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de apoio às reivindicações de diversos sindicatos e algumas cooperativas do Oeste do Paraná, quanto aos problemas agrícolas. — Em discussão.

O SR. LÁZARO DUMONT — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, gostaria, nesta oportunidade, de aproveitar para também manifestar o meu apoio pessoal a este requerimento, inclusive historiar alguma coisa.

O movimento sindical de trabalhadores rurais, do Oeste do Paraná, principalmente naquela região, é um dos sindicatos,

não só no Estado do Paraná, mas um grupo de sindicatos dos mais ativos que temos em todo o Brasil.

Basta que na época em que o Paraná lutava para que se aumentassem as cotas de trigo, para que pudéssemos com isto também aumentar a produção de trigo em nosso Estado, diminuir a ida deste trigo para o Estado vizinho, São Paulo, e conseqüentemente trazer mais divisas com maior produção para o nosso Estado, foi exatamente os sindicatos do Oeste do Paraná, que primeiro se levantaram e reivindicaram estas medidas.

Na época em que tivemos a criação, na idéia de muitos, da famigerada peste suína no Estado do Paraná, os sindicatos do Oeste também foram os primeiros do grupo que, juntamente com os do Sudoeste, se levantaram a reivindicar e mostrar às autoridades brasileiras que tudo isto não passava de invenção e que a suinocultura do Paraná era como é, uma das mais sadias existentes no Brasil.

Por outro lado, tivemos na época que a seca atingiu o Estado do Paraná. Há poucos anos atrás, o sindicato do Oeste também foi o grupo que primeiro se reuniu a exigir, tanto por parte do Governo Estadual como Federal, das autoridades, medidas concretas em favor da agricultura paranaense.

Recentemente, no episódio do confisco da soja, também foi o sindicato do Oeste, Sudoeste do Paraná, o primeiro a se levantar e participar inclusive com manifestações práticas e de apoio ao movimento no Rio Grande do Sul.

Por esta razão, congratulo-me com a apresentação desta moção que pede o apoio da Assembléia Legislativa. Ao mesmo tempo, manifesto o meu regozijo pela atuação destes sindicatos que tanto honram o movimento sindical dos trabalhadores rurais brasileiros. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro das Minas e Energia, encarecendo a imediata retirada da mistura de álcool da gasolina. — Em discussão.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para discutir). Sr. Presidente, com todo o respeito que me merece o ilustre Deputado Domício Scaramella, autor do requerimento, gostaria que o assunto fosse mais discutido, já que, apesar de sermos Oposição, temos que ver o que é melhor para o Brasil.

A retirada de vinte por cento do álcool que está sendo adicionado à gasolina irá aumentar a nossa importação de petróleo.

Por isso, solicitaria ao nobre Deputado que nos esclarecesse a respeito.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em discussão.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Para discutir). — Sr. Presidente, gostaria de proceder a leitura da justificativa do meu requerimento, a fim de esclarecer os Srs. Deputados, especialmente o ilustre Deputado Deni Schwartz. — (Lê a justificativa).

Nobre Deputado Deni Schwartz, com referência ao pensamento de Vossa Excelência que precisamos deixar de importar petróleo é louvável. Mas, quero informar que a mistura do álcool à gasolina está sendo prejudicial aos motores de carros que são retificados.

Os novos carros que são feitos com motores próprios para uso do álcool, acho que já estamos fazendo economia, não havendo necessidade, dessa forma do álcool ser misturado à gasolina.

Era esse o nosso pensamento ao apresentarmos o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em

discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO (Para discutir). — Sr. Presidente, tenho no Deputado Domício Scaramella a mais alta consideração e um merecido respeito pela sua postura neste Parlamento, pelas reivindicações que faz. Mas, não consigo entender a medida proposta nesse requerimento para se subtrair o adicional de álcool à gasolina de consumo, por diversas razões, entre as quais, que agora o País começa a efetivar um programa de viabilização de energia e combustível a partir do álcool e isso não exclui, absolutamente, a necessidade de se criar obstáculos para importar o produto derivado do petróleo ou mesmo o petróleo "in natura".

O que ocorre no Brasil é uma série de engodos para se tirar dinheiro de circulação, para se diminuir a renda do trabalhador nacional, de, para inclusive satisfazer a voragem das companhias multinacionais.

Ainda, recentemente, ouvimos da tribuna a discussão, no Grande Expediente, a respeito de temas levado a debate, por um general que acabara de ser demitido, exatamente por propor um posicionamento contrário à alienação de todo o instrumental que detém na mão de nacionais os problemas de natureza energética e não seria neste momento, Senhor Presidente, de a Oposição recuar, ao menos a Oposição que eu represento, que eu faço parte, dentro do meu pensamento absolutamente pessoal.

Por essa razão o adicional de álcool na gasolina, representa até uma questão de diminuição dos custos com pagamento da dívida externa, e isto seria não entender, seria manifestar incoerentemente a posição que temos adotado neste Parlamento, se eu aprovar este requerimento e até peço a vênica do Deputado proponente dessa medida.

Não é possível, Sr. Presidente, prosseguir o Brasil nessa derrocada econômica como anda e nem tão pouco seria justificável uma votação favorável a um requerimento desses, pedindo para, nesta hora, asoberbar mais nossa dívida externa. O que nós precisamos fazer no Brasil, Sr. Presidente, é alterar a estrutura da economia interna do País, no modelo adotado pelo regime vigente e pelos erros constantes que tem adotado os homens que dirigem o País. Ainda recentemente ouvi e li nos jornais de hoje e de ontem, que há não crise no País. Então se não há crise no País como justificar esta medida econômica, alterando e modificando a arrecadação dos impostos, do imposto de renda sobre pessoas físicas, daqueles rendimentos não tributáveis e qual a justificativa que nós daríamos para entender a posição do Ministro da Fazenda ou do Planejamento, Sr. Delfim Neto, elevando ainda mais o imposto sobre operações financeiras. Isto é a declaração de incapacidade do Governo, mas ao mesmo tempo que o Governo se torna incapaz, por adotar essas medidas, não seríamos nós, mais incapazes que o Governo, de aprovarmos um requerimento deste que caotiza mais a economia nacional.

Por essa razão, votarei contra o requerimento. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em discussão.

O SR. VALDUGA — Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para discutir, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ruben Valduga.

O SR. VALDUGA — Eu também quero me posicionar contra o requerimento, porque em primeiro lugar nós estamos nos esforçando no Brasil para desenvolver o programa nacional do álcool.

Se por um lado, o Governo, nós, a iniciativa privada, os empresários em geral tentam encontrar um substitutivo para a gasolina, ou encontrar meios de diminuir o seu consumo, nós não podemos, aqui, tomar uma posição de ferir qualquer meio que possa propiciar a diminuição do gasto desse combustível, votando num requerimento desta natureza.

Talvez, a intenção do nobre ilustre Deputado proponente

Domício Scaramella, tenha sido das melhores no seu ponto de vista. Procurei saber também de alguns frotistas, de alguns proprietários de empresa de ônibus, se efetivamente causa desgaste. Informe-me de que quando se faz a substituição de forma inadequada, realmente o álcool cria problema. É que nós estamos com um novo combustível. E, honestamente eu nunca pude perceber que a adição que se faz do álcool possa ocasionar distúrbios no veículo e ademais, nós estamos num regime que é praticamente num regime de guerra, em relação ao combustível.

Se, algumas décadas atrás, nós chegamos a usar o gasogênio como medida substitutiva, porque agora, que nós temos álcool que, além de ser um elemento substitutivo é poupante de divisas, acho que essa medida, realmente, não tem razão de ser porque ela contradiz tudo o que se programa na atualidade.

Eu votarei contra. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em discussão o requerimento.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, como dizia o Deputado Fidelcino Tolentino, eu faço suas palavras também minhas, do respeito ao Deputado Domício Scaramella.

Mas, queremos encaminhar contrariamente ao requerimento. Quando o nosso Governo e o capital brasileiro procura implantar em nosso País, em todos os seus recantos onde nós temos condições de produzir a cana para a produção do álcool, em outras regiões a própria mandioca e nós queremos, cada vez mais, que o álcool seja produzido para não haver a necessidade da importação cada vez mais da gasolina ou dos derivados do petróleo — vem o nobre Deputado Domício Scaramella pedir que esse Parlamento vote contrariamente à implantação cada vez mais da produção do álcool em nossa Nação. Explicando que, se nós usarmos ou adicionarmos o álcool na gasolina, nós estamos de uma maneira procurando interromper o melhor funcionamento dos motores dos nossos veículos.

Eu contesto, contesto porque, tem diversas oficinas autorizadas e altamente preparadas para trazer o nosso carro a usar mais álcool adicionado na sua gasolina e nós não podemos jamais aprovar um requerimento dessa envergadura, que vem de encontro ao pensamento de todo o Parlamento, quer seja da Situação quer seja da Oposição.

Nós queremos é, cada vez mais, implantarmos o álcool e se possível, em vez de 20% até mesmo 80% o adicionamento do álcool na nossa gasolina.

Portanto, em meu nome pessoal, quem sabe da nossa bancada, nós votamos contrariamente à proposição do ilustre Deputado Domício Scaramella.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento.

O SR. DARCY DEITOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, apenas, que para deixar registrado na ata dos trabalhos, que regimentalmente eu quero lavrar aqui o meu protesto porque a Comissão de Orçamento desta Casa, durante o desenvolvimento dessa sessão, que estamos em plena sessão, se reuniu, fez a eleição dos membros, presidente e vice-presidente onde o PMDB não participou.

Ela se reuniu atendendo interesses particulares dos Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Esta Presidência não vê amparo à questão de ordem levantada.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento subscrito pelo Deputado Domício Scaramella, queiram levantar-se.

Srs. Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

7 Srs. Deputados aprovam e 7 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quórum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, sexta-feira, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

#### Ata das Comissões.

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

##### ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezessete dias do mês de abril de um mil novecentos e oitenta, às quatorze horas, na sala de Reuniões, desta Assembléia Legislativa, reuniu-se a Comissão de Tomadas de Contas, com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Francisco Escorsin, Aguinaldo Pereira Lima, Egon Pudell e Antônio Facci, representantes do Partido Democrático Social e Lineu Mansani Turra e Darcy Deitos, representantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e Edilson Alencar, representantes do Partido Popular. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal, usou da palavra o Senhor Deputado

Francisco Escorsin, declarando abertos os trabalhos e Instalada a Comissão. Em seguida anunciou a realização da eleição aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Deixando a seguir livre a palavra para quem dela quisesse fazer uso. O Senhor Deputado Antônio Facci apresentou sugestão no sentido da recondução dos Senhores Deputados Francisco Escorsin e Darcy Deitos, para Presidente Vice-Presidente respectivamente. Ambos aceitaram e agradeceram aos nobres pares, pela confiança e a honra a eles depositados. Assumindo o cargo, o Senhor Presidente designou a funcionária Eumênia de Oliveira para desempenhar as funções de Secretária da Comissão, pelo qual foi apoiado pelos demais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, Secretária e, após lida e assinada pelo Senhor Presidente da Comissão e demais membros.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1980.

a) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente

Eumênia de Oliveira - Secretária